

LAMARCHE, Hugues (coord.). *A agricultura familiar: comparação internacional*. Vol. I: uma realidade multiforme. Campinas : Editora da Unicamp, 1993.

LAMARCHE, Hugues (coord.). *A agricultura familiar: comparação internacional*. Vol. II: do mito à realidade. Campinas : Editora da Unicamp, 1998.

AGRICULTURA FAMILIAR: DIVERSIDADE E ADAPTABILIDADE

Oswaldo Heller da Silva
Universidade Federal do Paraná

similar papers at core.ac.uk

brought to you by

provided by Biblioteca Digital de Periódicos da UFPR (Universidade Federal do Paraná)

pesquisadores brasileiros, editada em dois volumes pela Unicamp, oferece ao público um conhecimento também profundo acerca da agricultura familiar no mundo contemporâneo. A primeira parte constitui-se em um exaustivo levantamento empírico, enquanto a segunda revela-se uma fina abordagem teórico-conceitual sobre as múltiplas facetas da produção agrícola familiar.

Partindo da constatação que de modo geral a produção agrícola é, em maior ou menor grau, assegurada por unidades de produção familiar — estabelecimentos onde a família desempenha papel ativo na produção — os autores rejeitam toda a visão evolucionista, que considera a agricultura familiar como forma social residual, transitória ou em vias de desaparecimento. Através de uma ampla investigação, demonstra-se factualmente o espaço próprio ocupado por esta forma social de agricultura nas sociedades modernas, sejam elas capitalistas ou socialistas, avançadas, em desenvolvimento ou periféricas. Este consistente esforço de pesquisa coloca uma pesada pá de cal no mito do suposto fim do rural e do agricultor familiar¹.

Para além deste debate teórico-ideológico, evidencia-se a rica heterogeneidade e a enorme capacidade de adaptação da agricultura de tipo familiar. A diversidade de situações reflete antes as diferentes faces de um mesmo objeto e não objetos distintos. Mas isto não quer dizer que a produção familiar represente um grupo social homogêneo, muito menos uma classe social no sentido marxista do termo. A realidade multiforme desta forma de produção é resultante da sua capacidade de adaptação aos diferentes ambientes históricos e conjunturais².

Neste final de século, a discussão a respeito de um outro modelo de agricultura reveste-se de uma urgência dramática, face à crise do modelo produtivista convencional dos países capitalistas e o estrangulamento dos sistemas agrários coletivistas, não menos convencionais. O que se constata é que os agricultores mais envolvidos e dependentes do mercado são justamente os mais fragilizados pelas crises de oferta e demanda. Neste quadro, práticas como o autoconsumo, a reutilização de produtos, a redução do endividamento e a ajuda mútua aparecem não como signos do atraso de uma agropecuária arcaica, mas como estratégias de adequação a condições adversas. A atualidade do debate está na razão direta do caráter familiar desta outra agricultura que, como diz Maria Nazareth Wanderley, poderá vir a ter um enorme potencial de desenvolvimento, apesar destas forças produtivas frequentemente serem desperdiçadas. Estando dados os limites da agricultura convencional, resta a nós, nações em desenvolvimento, encontrarmos nossa própria solução em vez de continuar a seguir seja o modelo capitalista-produtivista, seja o modelo socialista-coletivista.

Para a consecução da pesquisa, foi elaborado um questionário comum, aplicado em treze áreas rurais de

¹ Tanto os apologistas do capitalismo quanto os teóricos marxistas defenderam o fim apocalíptico da agricultura familiar na modernidade, tida como sinônimo de atraso. Ver KAUTSKY, 1968; LÊNIN, 1982; e MARX, 1980.

² Os autores pensam a diversidade em termos de estratégia de adaptação. Cabe indagar se em todos os casos é sempre à agricultura familiar que compete se adaptar à situação? Ou será que em alguns casos, ocupando um lugar menos dominado, esta agricultura possa pretender que, ao contrário, seja a situação que deva se adaptar a ela?

cinco países, totalizando um universo empírico de mais de 600 agricultores consultados³. Num enfoque qualitativo sem pretensões de representatividade estatística, mais do que países foram investigados casos exemplares de sociedades, buscando cobrir a diversidade de situações. Canadá e França exemplificaram sistemas capitalistas avançados; Brasil, um sistema capitalista dependente; Tunísia, um sistema capitalista em vias de desenvolvimento; e Polônia um sistema coletivista⁴.

No primeiro volume — “Uma realidade multiforme” — o objetivo foi menos uma análise global e mais o cotejo das experiências e das reflexões dos diferentes pesquisadores. Como disseram, procurava-se o “olhar do outro” para com isso enriquecer o próprio olhar.

Em que pese alguns equívocos de tradução⁵, nesta primeira etapa do trabalho, cada autor procurou elucidar os mecanismos de funcionamento, as lógicas de produção, as estratégias de reprodução social e o universo das representações construídas por distintas comunidades de agricultores familiares. Em cada área de pesquisa, metodologicamente, a produção familiar foi analisada em seu conjunto, levando em conta as diferentes lógicas e escolhas dos agricultores. Para isto foram investigados diversos sistemas: de produção, fundiário, familiar, de valores e de representação.

Tendo como eixo o grau de integração ao mercado, elaborou-se uma grade de leitura, permitindo assim uma modelização dos diferentes tipos de agricultura familiar. Isento de determinismos, observou-se a preponderância de algumas tendências: da autarquia para a economia de mercado, da tradição para a modernidade. Não obstante, ficou patente que não há processo único de evolução histórica, nem um mesmo destino inexorável para os agricultores familiares. Há situações de bloqueio, como aquela vivenciada pelos agricultores familiares poloneses sob o regime socialista, onde o poder central podia impedir a concentração fundiária individual. Há situações de ruptura, como a experimentada pela agricultura camponesa nas sociedades industrializadas.

Em primeiro lugar é preciso demarcar uma distinção: não se pode confundir produção camponesa com produção familiar. Se é verdade que a produção camponesa é familiar, nem toda produção familiar é camponesa⁶. O sistema produtivo camponês tem um funcionamento bastante particularizado, equilibrando numa delicada relação produção e consumo, onde não há lugar para categorias econômicas tradicionais como lucro ou salário, pois o objetivo perseguido é o valor de uso e não o valor de troca⁷.

Na França, a agricultura familiar provém de um modelo camponês e guarda até hoje seus traços socioculturais. Na Tunísia observa-se um modelo colonial de produção mercantil, utilizando mão-de-obra externa à unidade de produção. No sul do Brasil, no Quebec ou em Saskatchewan desnuda-se um modelo camponês.

Para trabalhar com esta diversidade, Lamarche concebeu a idéia de dois modelos extremos. Um original (originariamente vivido) e um ideal (idealizado pelos agricultores). A hipótese formulada então foi de que a agricultura familiar nas economias de mercado, quanto mais próxima estiver dos modelos extremos, mais dificuldades de reprodução encontrará.

O segundo volume da pesquisa — “Do mito à realidade” — constitui-se numa análise temática transversal, onde é feita uma reflexão teórica comparativa sobre esta forma social de produção. Nesta parte do trabalho os autores pretendem contribuir para a construção de uma teoria da agricultura familiar.

³ O trabalho de campo foi realizado nas seguintes regiões: Quebec e Saskatchewan (Canadá); Bretanha, Marais Poitevin e Causse Noir (França); Cariri na Paraíba, Leme em São Paulo e Ijuí no Rio Grande do Sul (Brasil); Zaghwan e Ras El Djebel (Tunísia); e Drobin, Steszew e Zator (Polônia).

⁴ A pesquisa de campo foi executada antes do final do regime socialista na Polônia.

⁵ O primeiro volume apresenta problemas de tradução do francês para o português, como usar o termo “exploradores” no lugar de “produtores”; “exploração” ao invés de “unidades de produção” ou “estabelecimento”; “terrenos” no lugar de “regiões” ou “áreas”; “paróquias” ao invés de “comunidades”; “país” no sentido de “região”; “categorias de superfície” no lugar de “estratos de área”; e expressões ininteligíveis como “fazenda familiar”, “proprietários parceiros”, “geada ou pousio da terra” e “relação no geral”.

⁶ Abramovay já alertava para esta distinção. Cf. ABRAMOVAY, 1992.

⁷ A este respeito, consultar CHAYANOV, 1981.

O atual debate francês e canadense recoloca em cena a produção familiar, em detrimento do modelo empresarial de agricultura. Na França, desde o final da década de 50, a modernização das unidades familiares transformou-as em eficientes e competitivas no mercado internacional. Graças ao consenso que se instalou entre os representantes dos agricultores, o Estado e os industriais, foi imposto aos agricultores o modelo produtivista, sem praticamente nenhuma outra alternativa. Essa política levou à marginalização aqueles menores estabelecimentos que não puderam ou não souberam adaptar-se, resultando no êxodo do campo. Entretanto, neste país desde 1980, o modelo produtivista atingiu seus limites, não podendo mais representar a ponta de lança da política agrícola.

Devido às constantes crises de superprodução, o objetivo da atividade agropecuária deixou de ser *produzir mais*, para se transformar em *produzir menos*, com a finalidade de manter a renda dos produtores rurais. Hoje não há mais justificativas para se favorecer uma elite de agricultores, levando à marginalização e depois ao desaparecimento de 2% a 3% dos estabelecimentos “menos competitivos” a cada ano. Esse modelo acentuou drasticamente a desertificação do espaço rural⁸. Ao contrário disso, o estabelecimento agrícola deveria ser concebido enquanto o lugar privilegiado de regulação do êxodo rural. Por seu turno, os estabelecimentos produtivistas estão em situação potencial de crise quase permanente, completamente dependentes das contingências externas, reduzindo de forma radical o espaço de liberdade do produtor. E a agricultura praticada por eles é cada vez mais intensiva e especializada, ocasionando graves problemas ambientais.

Frente a este quadro desalentador, em Bruxelas em 1991 foi proposta uma nova definição da Política Agrícola Comum: produzir menos, mais barato, poluir menos, permitindo a reprodução de um número maior de estabelecimentos agropecuários. Todavia a reação francesa foi categórica: “não sacrificaremos nossos estabelecimentos mais dinâmicos”. Assim, tudo indica que a curto prazo não haverá modificações sensíveis nos rumos da política agrícola no Hexágono, no máximo ocorrerão algumas adaptações técnicas e econômicas.

No Canadá, a agricultura encontra-se dominada por unidades familiares relativamente grandes e capitalizadas. Nesta situação, ocorreu a marginalização de zonas agrícolas periféricas, resultando no desaparecimento dos pequenos estabelecimentos considerados não-rentáveis. Naquele país, as pequenas e médias empresas rurais (PME) é que são valorizadas socialmente. Contrastando com o caso brasileiro, lá a terra é abundante, não havendo lugar portanto para os conflitos por este meio de produção, devido a razões históricas e à baixa densidade demográfica.

A pesquisa indicou também que a reconversão para uma agricultura de tipo sustentável já parece inevitável para metade dos produtores quebequenses. Acredita-se que a capacidade de adaptação da agricultura familiar está longe de esgotar-se no Canadá.

O Brasil apresenta uma realidade rural muito distinta daquela das sociedades de capitalismo avançado. Isto acabou imprimindo uma marca própria na produção acadêmica aqui realizada. Maria de Nazareth Wanderley aponta quatro eixos ordenadores dessa produção. O primeiro diz respeito ao lugar do campesinato na sociedade colonial e no escravismo, desnudando-se as formas tradicionais de produção e reprodução do campesinato. O segundo tratou das perspectivas da produção familiar frente à modernização da sociedade e da agricultura. O conceito fluido de pequena produção foi deslocado pela noção mais apropriada de agricultura familiar. O processo seletivo de modernização provocou fluxos migratórios espetaculares, agravando o êxodo campo-cidade concomitantemente ao afluxo para as novas fronteiras agrícolas. O terceiro eixo abordou o significado das fronteiras como *locus* de gestação de utopias, mas também como geradora de frustrações da reforma agrária, deformada em projetos de colonização. A fronteira aparece como palco privilegiado de conflitos em torno da posse da terra. Por fim, um quarto eixo temático debruçar-se-á sobre os movimentos sociais agrários, retematizando a reforma agrária.

A Polônia aparece como um caso *sui generis* na medida em que a agricultura privada rompe o esquema do “campo coletivizado” dos países do Leste. A agricultura familiar monopoliza o mercado alimentar, tendo certa autonomia financeira que, ao lado da pluriatividade, lhe confere relativa segurança. Contudo, com a transição para uma economia de mercado a insegurança aparece, decorrente da nova conjuntura: inflação, estagnação econômica, desemprego, superprodução, queda da demanda, empobrecimento e concorrência externa. Graças ao seu peso eleitoral, os agricultores familiares foram guindados à posição de força política disputadíssima.

⁸ Na França, a população rural perfazia 27% da população total em 1945; hoje ela não passa dos 6%.

Neste contexto movediço, os produtores rurais hesitam entre os fascínios de uma economia de mercado e a contestação de seus efeitos indesejáveis.

O último caso estudado, a Tunísia, revela uma agricultura poliforme alicerçada em estabelecimentos familiares convivendo ao lado de grandes estabelecimentos privados, cooperativados ou estatais, que se valem do trabalho assalariado. Neste jogo entre uma agricultura de subsistência e uma agricultura produtivista, a produção familiar figura como a mal-amada. O desenvolvimento agrícola tunisiano é pensado a partir dos grandes estabelecimentos como protagonistas preferenciais da modernização. À agricultura familiar resta uma política de assistência — e não de desenvolvimento —, que não permite sua consolidação. Em 1986, como num filme já visto, um programa de ajuste estrutural do FMI impôs a redução da intervenção estatal, privatizações e a liberalização dos preços. Em decorrência, vários projetos de ajuda aos pequenos produtores rurais foram suspensos. Também lá a visão tecnicista dominante só é capaz de pensar a agricultura familiar em termos de manutenção da população no campo, nunca em termos de produção agrícola.

Oito temáticas transversais de discussão percorrem todos os países investigados. As lógicas produtivas dos agricultores familiares aparece como um primeiro tema. O modo de funcionamento dos seus estabelecimentos depende dos fatores familiares e dos fatores de dependência, numa “sábua alquimia” entre diversas variáveis. A existência desta agricultura depende da gerência de três exigências básicas: os valores tradicionais, o projeto para o futuro e as limitações do ambiente.

A partir daí, faz-se mister analisar as diferentes lógicas familiares de funcionamento das unidades produtivas. Três temas se destacam para determinar estas lógicas familiares: a terra, como patrimônio familiar, como ferramenta de trabalho ou como objeto de especulação; o trabalho, familiar ou assalariado; e a reprodução do estabelecimento, onde as estratégias podem ser muito familiar, medianamente familiar e pouco familiar. Isto posto, é preciso aquilatar o grau de dependência tecnológica, financeira e do mercado. A capacidade de adaptação da agricultura familiar varia segundo o grau de dependência. Tendo presente que modelos absolutos não existem, quatro paradigmas teóricos de unidades de produção foram concebidos:

1. *empresa*: pouco ou não familiares e fortemente dependentes;
2. *empresa familiar*: distingue-se do modelo anterior pela importância primordial da família, muito dependente do exterior⁹;
3. *agricultura camponesa e de subsistência*: funcionam mais num modelo de subsistência e de sobrevivência que camponês¹⁰;
4. *agricultura familiar moderna*: menor papel da família e maior autonomia¹¹.

Com base nesta modelização, percebe-se que no Canadá, na França e na Tunísia a maior parte da produção familiar se dá num sistema extensivo.

A seu turno, os agricultores familiares brasileiros revelam um pequeno grau de integração com o mercado; em compensação, uma grande independência alimentar. Aqui, 50% das unidades pesquisadas apresentam uma agricultura familiar moderna, particularmente em Ijuí e em Leme. Nestas unidades, a noção de patrimônio e de reprodução do estabelecimento permanecem familiares. A família participa do trabalho apenas medianamente, pois recorrem regularmente ao emprego de trabalhadores assalariados. Os estabelecimentos são relativamente intensivos. Prudentes em relação à integração ao mercado, estes agricultores brasileiros estimam que o êxito de sua atividade depende da constância, dos investimentos realizados e do grau de mecanização.

A pesquisa revelou ainda a existência de zonas de transição. Em Leme evolui-se do modelo camponês para uma agricultura familiar moderna. Em Ijuí transita-se da agricultura familiar moderna para o modelo

⁹ A pesquisa revelou que as empresas dominam, com 53% da amostra. No Brasil, isto ocorre principalmente no sul.

¹⁰ Presente em todos os países, marginal na França e no Canadá, bem implantada no Brasil (21,5%), na Tunísia e na Polónia. Para o sul do Brasil, Ivaldo Gehlen prefere utilizar a denominação modelo caboclo ao invés de camponês. Ver GEHLEN, 1998.

¹¹ Bem implantada em todos os países, com 31% dos estabelecimentos estudados.

empresa. Da análise realizada pode-se inferir que as lógicas familiares são um fator de estabilidade desta agricultura, enquanto que o grau de dependência é um fator de adaptação.

Um segundo tema que atravessa o conjunto das áreas pesquisadas diz respeito às estratégias fundiárias adotadas pelos agricultores. A cada momento as estratégias serão função das trajetórias fundiárias, que poderão ser ascendentes, descendentes, marcadas por rupturas ou inversões de tendências. Construiu-se uma tipologia dos agricultores familiares, segundo suas estratégias fundiárias: os resignados, os frustrados, os satisfeitos e os empreendedores.

Comparativamente, o Brasil apresenta as maiores taxas de pressão demográfica sobre a terra. Ao mesmo tempo, fica evidente o caráter conquistador dos produtores em nosso país e a sua “deslocalização”, ou seja, a sua propensão à mobilidade geográfica. No Cariri, verifica-se um importante bloqueio fundiário. Há uma grande “fome de terras”, mas a terra como meio de produção e não como território patrimonial. Os brasileiros que tentam a aventura, que têm um comportamento mais ofensivo, obtêm mais êxito. Mas a distância sociocultural é grande entre os moradores nordestinos e os colonos do Rio Grande do Sul, no sentido das chances de levar a bom termo as estratégias de conquista. Já no Velho Mundo, os agricultores possuem maior fidelidade ao patrimônio.¹²

O terceiro tema transversal relevante trata das estratégias familiares de reprodução social, particularmente no que compete ao destino dos filhos. Estes projetos futuros acalentados para a prole traduzem muitas vezes a avaliação que os agricultores fazem da situação global circundante. Mostrando um senso de realidade bastante grande por parte desta população rural, observa-se uma ampla convergência entre projetos e o que efetivamente se realiza.

Para aquilatar as diferentes aspirações familiares e as realidades concretas, aqui também procedeu-se uma modelização. As estratégias foram agrupadas em sete modelos. Dentre estes, a *estratégia ruralista, patrimonial, exolocal e tradicional* mostrou-se fortemente característica de várias áreas brasileiras. Aí os filhos permanecem no campo, fora do estabelecimento paterno, enquanto as filhas migram para a cidade. Já a *estratégia ruralista, patrimonial, patrilocal e tradicional* está presente no sul do Brasil, onde os filhos casados residem no estabelecimento dos pais.

As diferentes realidades familiares foram ordenadas em nove modelos. Entre os quais, o modelo “primogênitos não-manuais emigrados, caçula agricultor” apareceu significativamente no nordeste brasileiro e em Ijuí. Já o modelo “filhos homens agricultores no município” emergiu de modo acentuado no nordeste e em Leme. Por último, o modelo “um filho homem agricultor no estabelecimento” está presente particularmente em Leme e em Ijuí.

No Cariri, as famílias são “exportadoras” de filhos homens, com ênfase na promoção sócio-profissional ou são aquelas cujos filhos encontram-se bloqueados no município. Ijuí também “exporta” filhos, no entanto o esforço de promoção é mais acentuado. Em Leme, as estratégias centram-se no próprio estabelecimento.

Verifica-se que onde há êxodo rural os pais estimam que a salvação está na fuga do campo. Nos países do hemisfério sul, coube às unidades familiares financiarem a urbanização. Para muitos, o êxodo aparece como a busca de liberdade e a recusa de um meio tido como fechado e medíocre. Para outros, significa uma fuga das incertezas. O certo é que o destino da prole afeta o sentimento de identidade territorial ou profissional dos agricultores.

Como quarta temática manifesta em todos os países pesquisados, discute-se o trabalho familiar agrícola face à pluriatividade. Para abordá-lo, também foram confeccionados modelos. Assim, nos países do sul, aparece o modelo “famílias extensas, parcialmente pluriativas, com trabalho assalariado”, significativamente no Cariri e em Ijuí. “Pai, filho e assalariados”, ausente nos países do norte, também ocorre no Cariri e em Leme.

¹² Ao abordar esta temática, Marie-Claude Maurel comete um deslize ao afirmar que não existiria agricultura sem terra, nem produtor agrícola sem direito de uso sobre um bem fundiário. No mesmo sentido, Maria Halamska diz que a exploração familiar corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. Primeiro, os últimos avanços agronômicos como a hidroponia e a biotecnologia estão a indicar a possibilidade real de uma agricultura sem terra. Segundo, o Brasil é um exemplo nítido de que é possível sim agricultura (e familiar) sem propriedade e mesmo sem direito legal de uso da terra (o caso da posse, por exemplo).

A “família extensa” é forte em Ijuí. Os “pluriativos” são encontrados também no Cariri.

É importante destacar que em todos os países estudados a pluriatividade constitui uma realidade muito mais importante do que uma simples retração de categorias marginais, numa alternativa de emergência. Fenômeno recente, em muitos lugares a pluriatividade desnuda-se como uma escolha consciente de “viver a agricultura”, o que suscita problemas teóricos novos. Os economistas não conseguem explicar este “comportamento irracional”, guiado pelo apego à terra, a um determinado modo de vida, que mantém uma agricultura mesmo que deficitária. É preciso se perguntar até que ponto todas as tomadas de decisões dos agricultores são frutos de cálculos racionais, de escolha de alternativas colocadas, da execução de projetos. Qual o lugar da subjetividade, da magia, da fantasia, da loucura, da “irracionalidade” destes atores sociais?

Na maior parte das vezes, os pluriativos não constituem uma reação a uma situação precária, mas significam uma escolha de uma maneira de assegurar a subsistência da família. A pluriatividade bem como o êxodo rural são estratégias adaptativas às novas situações. No hemisfério norte, os pluriativos assumem melhor esta escolha, integram-se melhor na sociedade local, com atitudes mais positivas em relação às políticas agrícolas. No sul, apresentam atitudes mais negativas vis-à-vis à sociedade local; antes de uma escolha, a pluriatividade é encarada como um fracasso, devido à impossibilidade de seguir um caminho mais agrícola¹³.

O quinto tema investigado diz respeito à percepção que os agricultores têm de sua profissão. Aqui, uma constatação maior se impõe: a noção de profissão de agricultor é tanto mais aceita quanto maior for a integração ao mercado. A integração ao circuito comercial significa uma maior abertura para o mundo, mas também coloca a necessidade de valorização de uma dada identidade. Esta identidade profissional se constrói num longo caminho que vai do camponês ao agricultor.

A vida local é a sexta temática abordada de forma transversal. Até algum tempo, associava-se esse tema aos chamados “estudos de comunidade”, considerado como obsoleto em nome da universalidade do mundo moderno. Felizmente, hoje esta questão está sendo recolocada e, a partir da redemocratização do Brasil, quando o poder local deixou de ser mera caixa de ressonância do poder central, ela ganha absoluta atualidade. Entre nós, é preciso entender o espaço local como o lugar privilegiado da construção de uma identidade cidadã. Urge reinventar a localidade. Numa sociedade moderna, os agricultores não se diluem em um meio disperso, mas constroem um espaço de vida, o espaço local no qual as relações de interconhecimento se revitalizam.

Ligado a isto, a própria relação campo-cidade era julgada secundária, sob pretexto do “fim do rural”. Opondo-se a esta concepção determinista, os autores lançam a hipótese inversa, segundo a qual os progressos sociais beneficiam também os espaços locais e a população rural. Mas esta postura significa remar contra a corrente que considera, nos países pobres, o rural como sinônimo de precariedade. É o caso do Brasil, onde o carácter colonial inibiu o fortalecimento das comunidades rurais¹⁴.

Buscando identificar a forma como os produtores rurais sentem a localidade, quatro situações foram identificadas: a localidade fortalecida — Canadá, França e Polônia; a localidade dependente — Ijuí; a localidade precária — Cariri e Zaghuan na Tunísia; e a localidade deslocalizada — Leme e Ras el Djebel na Tunísia.

Para compreender a relação da agricultura familiar com a sociedade global, sétimo tema, foram concebidos quatro tipos ideais: o camponês (dos quais 56% são brasileiros); os produtores; os profissionais e os modernizados. Nesta temática, poderia ter sido mais explorada não apenas as relações com a sociedade envolvente imediata, mas ainda a situação destes agricultores face a emergência dos blocos econômicos, questão crucial nos dias que correm¹⁵.

¹³ No Brasil, o tema da pluriatividade é relativamente recente. O “Projeto Urbano”, coordenado pelo economista da Unicamp José Graziano da Silva está entabulando um amplo mapeamento da pluriatividade no país. Textos produzidos pelo Projeto podem ser encontrados na página <http://www.eco.unicamp.br/projetos>.

¹⁴ Curiosamente, no Brasil nós não temos a figura da “cidade rural”, dotada de infra-estrutura social e administrativa, mas que nem por isto perde o seu carácter rural (transformando-se em urbana), como por exemplo o *village* francês. Cf. WANDERLEY, 1997.

¹⁵ No caso sul-americano, ver ROMANO, 1996.

No oitavo e último item analisado — o significado do Estado junto aos agricultores — foi enfatizado o papel decisivo que esta instituição pode desempenhar na evolução da unidade de produção familiar, mesmo se essa última possui uma capacidade de agir que lhe dá certa autonomia. A Polônia ilustra bem essa autonomia da agricultura familiar. De forma complementar, o estudo ressaltou o fato de que a história sociopolítica local tem enorme peso na formação das representações sobre o Estado e a política agrícola. Caberia ainda acrescentar que, em que pese a onda neoliberal de enxugamento da máquina estatal, o Estado em todos os níveis ainda desempenha um papel fundamental relativamente aos agricultores familiares, em particular em termos de políticas de desenvolvimento rural nos países periféricos.

Ao se falar em uma “outra agricultura”, de maneira subjacente a questão ambiental, notadamente a discussão do lugar da sustentabilidade na agricultura familiar¹⁶, está colocada. Porém, acreditamos que este assunto mereceria um lugar de destaque ao lado de todos os temas abordados neste relevante estudo. Não é preciso argumentar sobre sua pertinência.

Recebido para publicação em abril de 1999.

Oswaldo Heller da Silva (osvaldo@coruja.humanas.ufpr.br) é Doutor em Sociologia pela École de Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) de Paris e Professor do Departamento de Ciências Sociais e do Mestrado em Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R.** 1992. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo : Hucitec/Anpocs/Unicamp.
- CHAYANOV, A.** 1981. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: GRAZIANO DA SILVA, J. e STOLKE, V. *A questão agrária*. São Paulo : Brasiliense.
- EHLERS, E.** 1996. *Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma*. São Paulo : Livros da Terra.
- GEHLEN, I.** 1998. Agricultura familiar de subsistência e comercial: identidade cabocla e inclusão social. In: FERREIRA, A. D. D. e BRANDENBURG, A. (orgs.). *Para pensar outra agricultura*. Curitiba : Ed. da UFPR.
- KAUTSKY, K.** 1968. *A questão agrária*. Rio de Janeiro : Laemmert.
- LÊNIN, V. I.** 1982. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo : Abril.
- MARX, K.** 1980. *O capital*. Crítica da economia política. 3ª ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira.
- ROMANO, J. O.** 1996. Atores e processos sociais agrários no Mercosul. *Estudos: sociedade e agricultura*. Rio de Janeiro; n. 6. jul.
- WANDERLEY, M. N.** 1997. O lugar dos rurais: o meio rural no Brasil moderno. Trabalho apresentado no XXI Encontro da ANPOCS, Caxambu, MG.

* * *

¹⁶ Ver EHLERS, 1996.